

MORAES, Carla Roselma Athayde; MORAES, Isabela Dias. O processo de (re)categorização pelo uso de expressões nominais em crônicas narrativas. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br].

O PROCESSO DE (RE)CATEGORIZAÇÃO PELO USO DE EXPRESSÕES NOMINAIS EM CRÔNICAS NARRATIVAS

Carla Roselma Athayde Moraes¹

Isabela Dias Moraes²

carla.athayde@yahoo.com.br

isabeladiasmoraes@gmail.com.br

RESUMO: Neste artigo abordamos as contribuições de estratégias de progressão referencial para a construção de cadeias referenciais, utilizando crônicas narrativas como exemplificação desse processo. A partir dos postulados da Linguística Textual na perspectiva sociocognitivo-interacional, a referenciação se define como uma atividade discursiva que, por meio de processos de categorização e recategorização, contribui para a construção dos sentidos e para a orientação argumentativa dos enunciados. Nessa perspectiva, as relações de progressão e retomada de referentes por meio de expressões nominais anafóricas permitem não apenas a localização de informações antecedentes, mas a reelaboração e modificação dessas informações, em função de um propósito comunicativo. Entre as estratégias de nominalização, destacamos aquelas utilizadas tanto para ativação de referentes, quanto para sua retomada e sua remissão anafórica, sendo: as anáforas correferenciais cossignificativas e as recategorizadoras (por hiperônimo, expressão definida, nome genérico e pronome demonstrativo neutro), bem como as anáforas indiretas (por nomeação) e associativas (por relação meronímica). Dessa forma, mostramos a pertinência dos interlocutores em exercerem uma tarefa de monitoramento e controle sobre as escolhas lexicais que configuram a construção de cadeias referenciais, desenvolvendo a habilidade de produzir textos escritos com propriedade e desenvoltura.

Palavras-chave: Referenciação; Categorização; Recategorização.

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002), doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010) e professora adjunta efetiva da Universidade Estadual de Montes Claros, MG.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras pela Universidade Estadual de Montes Claros, MG, com apoio da *Capes*.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, revisitamos alguns processos da referenciação que colaboram para a tessitura do texto e para a construção do discurso. A percepção do delineamento de cadeias referenciais é essencial para o compartilhamento de conhecimentos entre os interlocutores, orientando os processos de interpretação e produção de textos. A partir da manipulação dos recursos de que a língua dispõe, entre eles, o uso de expressões nominais definidas e indefinidas, os sujeitos se valem de estratégias proficientes de categorização e recategorização para veicularem diversos sentidos, valores, crenças, opiniões e posicionamentos nos textos que produzem.

Como a referenciação envolve muitas estratégias de progressão textual, particularizaremos este estudo ao uso de expressões nominais definidas e indefinidas, utilizadas tanto para ativação de referentes quanto para a retomada e remissão anafórica, sendo: as anáforas correferenciais cossignificativas e as recategorizadoras (por hiperônimo, expressão definida, nome genérico e pronome demonstrativo neutro), bem como as anáforas indiretas (por nomeação) e associativas (por relação meronímica). Associamos essas estratégias à exemplificação e análise de várias crônicas narrativas, comprovando a potencialidade em estabelecer e restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas pela linguagem a partir de um gênero de leitura agradável, que apresenta linguagem despretensiosa e estimula a interação entre locutor e interlocutor, em uma miscelânea de narração e reflexão.

Assim, a nossa proposta consiste em refletir sobre o processo de referenciação, em função da possibilidade que as expressões nominais oferecem para criar efeitos de sentido, integrar as diversas informações presentes no texto, conduzir a orientação argumentativa do discurso, contribuindo, conseqüentemente, para a progressão textual e temática.

1. A REFERENCIAÇÃO COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

Para compreendermos como o uso adequado de elementos de referenciação contribui para a produção textual de sentido nas atividades discursivas, é necessário acompanharmos o percurso teórico-metodológico em torno dos estudos da referência. Ao investigar a complexa relação entre o signo linguístico e a realidade

extralinguística, as teorias sobre a referência vêm questionando como a linguagem, enquanto processo complexo, mental e cognitivo, referencia a realidade. De um lado, os estudos filosóficos e lógico-semânticos descrevem a referência como processo de correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo. Baseiam-se na hipótese de “um poder referencial da linguagem que é fundado ou legitimado por uma ligação direta (e verdadeira) entre as palavras e as coisas” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 19).

Diferentemente da abordagem semântica, desenvolveram-se outros estudos em uma abordagem sociocognitivo-interacionista e a referência passou a ser tratada como processo dinâmico, intersubjetivo, resultante da interação entre locutores, suscetível de mudanças ao longo do discurso – sendo o seu estudo proveniente das ciências humanas e sociais – a partir do qual se busca descobrir “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas estruturam e dão um sentido ao mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003: 20).

Decorrente da abordagem sociocognitivo-interacionista, no âmbito da Linguística Textual, o que se convencionou designar como referência e, até mesmo, coesão referencial, deixou de se restringir apenas à organização linear do texto por meio de elementos linguísticos, para assumir outras dimensões pragmático-discursivas relevantes na constituição semântica da coerência. Inicialmente,

costumou-se designar por coesão a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente (KOCH, 2009: 35).

Tal conceituação se aproxima da referência como processo de representação de objetos do mundo, privilegiando as relações entre as palavras e as coisas com vistas à elaboração de informações. No entanto, aos poucos, o estudo da referência se transforma, passando a considerar a referenciação como uma atividade sociocognitiva e discursiva, que relaciona os processos de textualização com o estabelecimento de objetos de discurso. A teoria da referenciação passa a se ancorar em uma “semântica do texto sociointerativamente concebida”.

A interpretação de uma expressão referencial não implica a localização de um antecedente ou de um objeto específico no mundo – até porque, em alguns casos, há referentes que não têm similar no mundo extramental, isto é, não designam algo que nossos sentidos apreendem como nossas

construções. Tal interpretação supõe a criação de um objeto de discurso na maleabilidade contextual e interativa das produções textuais. Nessa perspectiva a referenciação instaura sentidos, enquadres que se reconfiguram continuamente nos cenários interacionais (RONCARATI, 2010: 46).

Buscando essa perspectiva de construção de sentidos, apoiamo-nos em autores como Apothéloz e Chanet (2003), Mondada e Dubois (2003), Marcuschi (2008; 2013), Koch (2008; 2009; 2013), Koch e Elias (2012a; 2012b), Koch e Marcuschi (1998), Cavalcante (2003; 2013; 2014), Roncarati (2010), entre outros, que compartilham a posição de que a representação do mundo por meio da linguagem envolve um processo discursivo de reelaboração/reconstrução da realidade em prol da construção dos sentidos textuais.

Cavalcante (2013: 98) define referenciação como um processo de “construção de referentes (ou objetos do discurso) apreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais”. Essas expressões fazem referência a um objeto denominado “referente”³ que representa um elemento do universo extralinguístico. Muitas vezes, um mesmo objeto do “mundo real” pode ser referenciado por expressões referenciais diferentes. Um exemplo nosso para essa proposição seria as várias formas de designação para um meio de transporte como “automóvel”, que, em contextos mais gerais, pode ser referenciado como “carro”, “veículo”; e, em contextos mais específicos, os locutores podem usar expressões como “minha máquina”, em relação à qualidade e potência do motor; “lata velha”, devido ao tempo de uso e modo de conservação; “possante” e “Ferrari” pelos apaixonados por velocidade e que valorizam o automóvel, mesmo que esse não apresente a caracterização real sugerida pelo objeto do mundo, e até “brinquedinho novo”, para alguém que o relacione à diversão.

Percebemos, de tal modo, que, no plano referencial, os locutores, durante a interação verbal, têm uma liberdade de fazer escolhas linguísticas, escolhas de objetos de discurso que viabilizem o sentido que querem veicular aos seus interlocutores. Em relação a isso, Roncarati (2010: 44) deixa claro que o discurso é recortado pela dimensão perceptivo-cognitiva e intersubjetiva que os próprios interlocutores criam no universo textual.

³ É importante destacar que utilizaremos ao longo deste texto, à semelhança de Cavalcante (2013) e Cavalcante *et al.* (2014), os termos “referente” e “objeto de discurso” como designadores de representações mentais discursivas elaboradas pelos sujeitos durante as interações linguísticas, o que difere substancialmente de uma representação objetiva de objetos do mundo.

O referente se torna, portanto, um objeto construído no/pelo discurso. O mundo real é aquele que sentimos, lemos, interpretamos e sobre o qual falamos com base em crenças, pressupostos, ideias e inferências construídos e reconstruídos a partir de condições de produção transitórias, arbitrárias, históricas e passíveis de negociação. Mas também temos interditos, implícitos, ironias, intencionalidades, mentiras e más intenções: quantas vezes falamos de um referente X, em verdade ocultando e velando um referente Y? (RONCARATI, 2010: 61).

Essa ideia é corroborada por Cavalcante (2013: 105), que também ressalta que o objetivo da linguagem “não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir, por meio da linguagem, uma versão, uma elaboração dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados”. O processo de referenciação permite que o referente apresente evoluções conceituais progressivas até chegar à representação que o locutor deseja veicular aos seus interlocutores, compartilhando, então, um mesmo assunto, uma mesma ideia. Diante disso, faz-se necessário nos aprofundarmos na compreensão de como ocorrem os processos de categorização e recategorização dos objetos de discurso.

2. OBJETOS DE DISCURSO: CATEGORIZAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO

É por meio do estabelecimento de objetos de discurso que conseguimos categorizar o mundo. Para Ciulla e Silva (2008: 23), a categorização é um procedimento cognitivo por meio do qual os interlocutores “percebem o mundo e, ao fazê-lo, também distinguem, classificam e designam as coisas à sua volta”. Assim, a categorização não se limita a nomear o mundo em uma relação de correspondência, mas abrange o processo de conceitualizar e referir a esse mundo pelo discurso, revelando, à maneira de como usamos nossa imaginação, todo um processo argumentativo e criativo por trás de se usar determinada categoria e não outra.

Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva (KOCH, 2013: 34).

Isso revela um processamento estratégico do discurso, em que o material linguístico fica à disposição dos locutores para representar os estados de coisas em

função de uma proposta de sentido. Segundo Koch (2009), os usuários da língua ativam os diversos sistemas de conhecimento por meio de estratégias cognitivas que permitem a elaboração de hipóteses sobre a estrutura e o sentido do texto e de suas partes. Tais hipóteses orientam os passos interpretativos, relacionando-os com os propósitos comunicativos do texto, os conhecimentos disponíveis a partir das pistas cotextuais e contextuais, permitindo, não só a reconstrução do sentido almejado pelo locutor, como a atribuição de outros sentidos. Roncarati (2010: 139) discorre sobre a noção de estratégia como resultante de “hipóteses operacionais, passíveis de ser modificadas e readaptadas”, de acordo com os tipos de discurso e as formas de comunicação, o que condiciona o interlocutor a acionar estratégias diferenciadas, dependendo do texto que está a interpretar.

Por conseguinte, as representações construídas pelo discurso operam a partir da memória compartilhada⁴ e as expressões referenciais são selecionadas, categorizadas e/ou recategorizadas pelos interlocutores, representando os diferentes estágios pelos quais os objetos de discurso se transformam no percurso enunciativo.

A memória discursiva opera como um enquadre mental, em que o conjunto de conhecimentos cognitivos ativados, ao se relacionar com o conteúdo linguístico do texto, permite o estabelecimento de inferências e interpretações dentro das práticas socioculturais de uma determinada comunidade linguística. A cultura na qual o usuário da língua está imerso condiciona o seu modo de agir sobre o mundo e de interpretá-lo. Desse modo, revela a categorização como advinda de práticas simbólicas, ou seja, o falante categoriza o mundo de acordo com as práticas e vivências culturais às quais se associa.

Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA; DUBOIS, 2003: 20).

Há, então, um conjunto de atores/interlocutores situados que “discretizam a língua e o mundo”, ou seja, transformam os objetos do mundo em objetos de

⁴ A definição de memória compartilhada coincide com a definição de memória discursiva e cognitiva. Segundo Koch (2009: 58-62), referem-se a uma representação simbólica construída pelo discurso e alimentada por ele, funcionando como uma memória que se acumula no coletivo social e é compartilhada “publicamente” pelos interlocutores na construção do discurso. Já Cavalcante *et al.* (2014: 153) conceituam memória discursiva como “um conjunto de representações que os interlocutores constroem de si mesmos, dos temas, de conhecimentos socioculturais compartilhados, de suas finalidades argumentativas quando interagem por meio de um texto”.

discurso, e dão sentidos a eles como entidades constituídas, ao mesmo tempo, individual e socialmente. As categorias são geralmente “instáveis, variáveis e flexíveis”, uma vez que as denominações e categorizações no processo de referenciação estão ligadas a uma intersubjetividade negociada entre os interlocutores. As variações categoriais são decorrentes da adaptação e da adequação dos recursos linguísticos e semânticos ao contexto sociocognitivo. Em função da mudança de contexto, um ponto de vista categorizado e estável de referência pode ser “deategorizado”⁵ (MONDADA; DUBOIS, 2003: 22-27).

O resultado desse construto subjetivo só é possível pela plasticidade constitutiva da memória cognitiva dos interlocutores que lhes permite estabilizar, reelaborar e modificar constantemente as informações que recebem acerca do referente, configurando os textos em gêneros discursivos. O sentido é construído, então, a partir dessa rica interação entre referentes, que, ao serem introduzidos e retomados, podem manter características já mencionadas ou mudar a perspectiva sob a qual se analisa o objeto. O movimento discursivo de elementos referenciais em um texto envolve diferentes estratégias que permitem a progressão textual. Essas estratégias constituem a anáfora:

mecanismo linguístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste. Comumente, reserva-se a denominação de anáfora à remissão para trás (por ex., Paulo saiu; ele foi ao cinema) e de catáfora, à remissão para frente (por ex.: Só quero isto: que vocês me entendam) (KOCH; ELIAS, 2012b: 127).

O uso de anáforas configura os processos de categorização e recategorização referencial. Em se tratando da recategorização, Marcuschi (2008: 109) define que esse processo ocorre quando um objeto de discurso é categorizado e, ao ser retomado ao longo do texto por expressões nominais, é (re)categorizado de outras maneiras. Em definição de Cavalcante *et al.* (2014: 156), a recategorização se apresenta como um processo contínuo e complexo de transformações cognitivas e discursivas dos referentes ao longo de um texto.

⁵ A “deategorização” se refere ao fato de um referente que apresenta determinada representação de sentido, ao ser inserido em um contexto diferente, poder passar por evoluções e perder o status que possuía antes. Um exemplo seria o referente *homem* que pode ser categorizado como ser racional, dotado de inteligência e linguagem articulada, mas que em outro contexto pode ser deategorizado, passando a animal irracional, que age por instinto (exemplos nossos).

A transformação não se dá pontualmente, mas vai acontecendo à medida que as inúmeras pistas dadas por expressões referenciais, ou não, ajudam o leitor a compor novos sentidos e novas referências. Em todo o texto, o locutor constrói a referência com base numa interpretação do mundo real, recategorizando a informação precedente ao acrescentar novas predicções, disponíveis, em diferentes graus, no conhecimento das pessoas, à medida que transcorre a interação. Por esse aporte de informação nova, o locutor conduz o destinatário (que coparticipa dessa construção, sendo, por isso, um coenunciador) a uma reinterpretação ou refocalização do elemento referido (CAVALCANTE *et al.*, 2014: 156).

Conforme Koch e Elias (2012a: 157), “as recategorizações de um mesmo referente – que, ao mesmo tempo, retomam informação dada e trazem informação nova – constituem um instrumento poderoso para estabelecer a orientação argumentativa do texto”. Ideia que fica bem clara também nas exposições de Mondada e Dubois (2003: 23-24), em que a (re)categorização explora uma espécie de adequação de rótulos corretos, ou seja, por meio de procedimentos linguísticos e sociocognitivos, os atores sociais vão determinar como se referem uns aos outros, “por exemplo, categorizando qualquer um como sendo um ‘homem velho’, em vez de um ‘banqueiro’, ou de um ‘judeu’”. Outro exemplo trabalhado pelas autoras é o fato de que um piano “pode ser categorizado como um instrumento musical no contexto de um concerto, ou como um móvel pesado e incômodo no contexto de uma mudança” e ainda se poderia pensar em uma situação discursiva em que “a referência do piano percorre uma e outra categoria”. Compreende-se, então, que:

A variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos. A “mesma” cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos. Este domínio pode ser abordado considerando os recursos linguísticos que servem para tematizar uma entidade, para sublinhar a saliência de um aspecto específico ou de uma propriedade de um objeto, para atrair a atenção do leitor para uma entidade particular (MONDADA; DUBOIS, 2003: 25).

Por meio da evolução categorial se estabelece um rico processo de (re)categorização,⁶ em que os locutores e interlocutores interagem em função da interpretabilidade do texto.

⁶ Ciulla e Silva (2008: 30) faz uma contraproposta à distinção entre categorização e recategorização. “A questão é que *categorizar* implica sempre uma nova categorização, se pensarmos do ponto de vista de que a referência é um processo em constante mutação. Em outras palavras, categorizar é sempre recategorizar, o que torna redundante e esvazia, em parte, o sentido desse último termo”. Segundo a autora, mesmo ao se introduzir pela primeira vez um referente, esse pode ser categorizado já com um reajuste, um remodelamento que seja perceptível pelo leitor devido à memória compartilhada com

3. A REDE DE SIGNIFICAÇÕES ESTABELECIDADA POR CADEIAS REFERENCIAIS

Como todo processo de referenciação se concretiza no texto, por meio das escolhas linguísticas realizadas pelos sujeitos da enunciação, torna-se fundamental compreendermos como se dá a estruturação de cadeias referenciais, as estratégias envolvidas em sua constituição e a contribuição destas para a progressão referencial.

Conforme Roncarati (2010: 22), a cadeia referencial funciona como

um mecanismo integrador da informação ingressante, porque, a partir de processos linguístico-cognitivos e semântico-interativos, permite conectar as informações, continuamente acrescentadas aos referentes ao longo das sentenças e dos parágrafos, em uma rede dinâmica e variável de inter-relações semânticas, tornando mais visível o processamento discursivo-textual.

A compreensão do delineamento das cadeias referenciais constitui um recurso importante para facilitar as atividades de compreensão e produção textual. Muitas vezes, as dificuldades em interpretar e produzir textos estão relacionadas ao desconhecimento da funcionalidade de muitos processos interpretativos, entre eles processos referenciais, ativadores de conhecimentos prévios que passam a integrar o seu acervo cognitivo de estratégias operacionais.

Koch e Elias (2012a: 132), ao citarem as cadeias referenciais, definem que a retomada de referentes pode ser feita por processos anafóricos de forma retrospectiva ou anaforicamente, ou então, de forma prospectiva ou cataforicamente, nomeando-as, contudo, como cadeias anafóricas.

Quando remetemos seguidamente a um mesmo referente ou a elementos estreitamente ligados a ele, formamos, no texto, *cadeias anafóricas ou referenciais*. Esse movimento de retroação a elementos já presentes no texto – ou passíveis de serem ativados a partir deles – constitui um **princípio de construção textual**, praticamente todos os textos possuem uma ou mais cadeias referenciais (KOCH; ELIAS, 2012a: 144).

As cadeias referenciais conduzem os leitores, por meio de uma orientação argumentativa, às conclusões desejadas pelo escritor. A partir de uma sequência de itens lexicais, torna-se possível categorizar o objeto de discurso e apresentar a evolução de suas características. Assim, a construção da significação do objeto de

base em experiências e conhecimentos particulares/individuais. Nesta abordagem manteremos, contudo, a distinção entre categorização e recategorização, optando também pelo termo (re)categorização, com o prefixo em destaque, uma vez que esses processos poderão ser exemplificados simultaneamente.

discurso ocorre em um processo dinâmico e criativo de manipulação do fluxo informacional entre o referente e as expressões referenciais que o referenciam.

Para melhor compreensão do domínio referencial de um texto, é necessário compreendermos a diferença entre algumas operações referenciais como *correferência* e *cossignificação*, bem como categorias referenciais como *referir*, *retomar* e *remeter*. Seguiremos a explanação dessas operações com base nas postulações de Koch e Marcuschi (1998), Koch (2009) e de algumas sínteses e complementações propostas por Roncarati (2010).

A *correferenciação* ocorre com a retomada de um referente, de modo que se preserve a identidade do objeto de discurso, ou seja, usa-se o mesmo item lexical na retomada, a exemplo das reiteraões, ou designações alternativas com o uso de sinônimos, apelidos de nomes, diminutivos, para se referir ao mesmo objeto.

Já a *cossignificação* abrange a retomada com a preservação da identidade de sentido nas operações de categorização dos referentes, uma vez que, se houver alterações substanciais de sentido, não se mantém a mesma significação, gerando recategorizações.

De maneira geral, *referir* é uma atividade criativa de designação discursiva de referentes e se concretiza na propriedade de retomar o referente já introduzido no texto em uma continuidade referencial com correferenciação e cossignificação, o que facilmente é identificado quando se emprega a repetição de referentes ou palavras sinônimas.

A propriedade de *retomar* permite a continuidade de um núcleo referencial realizada de forma direta (retomada total ou parcial do referente com correferenciação e cossignificação) ou de forma indireta (retomada por associação em relações semânticas como sinonímia⁷, hiperonímia, meronímia, entre outras, sem uma identidade semântica total). Nesse último aspecto, pode gerar recategorizações ou ativação de novos referentes.

Por sua vez, *remeter* implica um movimento textual nem sempre correferencial, baseado em algum tipo de relação indicial, semântica ou pragmática,

⁷ A questão da sinonímia é um tanto delicada. Em alguns casos é possível manter identidade total de significação e mesmo do objeto de discurso, constituindo uma forma de se evitar a repetição indesejada de um mesmo referente quando se usa, por exemplo, *cão* em retomada a *cachorro*. No entanto, Roncarati (2010: 54) cita que raramente há “identidade total de significação ou sinonímia lexical absoluta: trata-se antes de quase-sinônimos ou sinônimos parciais”, por exemplo se usar *cão* em retomada a *diabo*, o que envolve relações semânticas conceituais e inferenciais (*exemplos nossos*).

estabelecida no co(n)texto. A *remissão* pode fazer aporte de atributos ou de informações novas, gerando (re)categorização ou ativação de novos referentes.

Para sintetizar tais possibilidades, Koch (2009: 59) estabelece uma relação de subordinação hierárquica entre os termos:

- (a) a retomada implica remissão e referenciação;
- (b) a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada;
- (c) a referenciação não implica remissão pontualizada, nem retomada.

Todas essas relações se imbricam nas cadeias referenciais que constituem o texto em relações sequenciadas, mas não lineares, mostrando que o processamento textual envolve movimentos prospectivos, retrospectivos e, ainda, movimentos abruptos, fusões e alusões entre várias possibilidades. “Em sentido estrito, pode-se dizer que a progressão textual se dá com base no *já dito*, no que *será dito* e no que é *sugerido*, que se co-determinam progressivamente” (KOCH, 2011: 85).

Os textos, independentemente de seu modo de organização, apresentam cadeias referenciais que se constituem como um recurso importante para caracterizar os modos de organização do discurso. Nas narrativas, em específico, há cadeias relacionadas aos personagens, aos espaços, às ações e aos objetos da história, por meio das quais se desenvolvem muitos efeitos de sentido. Nos textos em que predomina o modo de organização narrativo, vários são os efeitos discursivos explícitos e implícitos decorrentes das cadeias referenciais que se relacionam com o próprio ato de narrar. Segundo Charaudeau (2010), é possível perceber que a própria sucessão de ações que desencadeia a narrativa se constitui por um intenso processo referencial e contextual.

Para que haja narrativa, é necessário um “contador” (que se poderá chamar de *narrador*, *escritor*, *testemunha*, etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de *querer transmitir alguma coisa* (uma certa representação da experiência de mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de *leitor*, *ouvinte*, *espectador*, etc.), e isso, de uma *certa maneira*, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa. Evidentemente, não estão excluídas dessa intencionalidade todas as significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário (CHARAUDEAU, 2010: 153).

Nessa perspectiva, as cadeias referenciais são delineadas no fluxo discursivo das narrativas, desencadeando uma rede de significações, em que os objetos de discurso se transformam sob o efeito do modo como o “contador” seleciona os

recursos linguísticos e léxico-semânticos para atingir seu propósito comunicativo junto ao “destinatário”. Essa transformação é o resultado de uma argumentatividade, que orienta o discurso pelas relações de sentido particulares.

Conforme Koch (2004: 17), “a interação social por intermédio da linguagem caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”, pois, ao produzir seus discursos, o locutor, revestido de propósitos comunicativos, pode influenciar o interlocutor a compartilhar as mesmas ideias que ele. O modo como os elementos linguísticos referenciais são articulados e ordenados no texto revelam assim avaliações, julgamentos, críticas, e, conseqüentemente, orientam o caminho que o discurso seguirá em sua progressão. Nas narrativas, o locutor conduz todo um projeto de dizer, que, por meio da categorização dos referentes – personagens, ações, espaços, objetos – se concretiza no diálogo que pretende estabelecer com o interlocutor.

Ao pensar no processo de (re)categorização em textos do gênero crônica, por exemplo, podemos também acompanhar essa argumentatividade que se origina da própria evolução referencial no uso dos objetos de discurso e categorizações. Isso porque a crônica, ao se caracterizar pela “ambiguidade, brevidade, subjetividade, diálogo, estilo entre oral e literário, temas do cotidiano, ausência de transcendente e efemeridade”, suscita a reformulação do real por meio da sensibilidade (MOISÉS, 2001: 119).

Os cronistas trabalham com sentimentos atemporais, discutindo as relações humanas, sociais, políticas, econômicas e culturais e, por meio de elementos de referenciação, conseguem imprimir seu estilo às crônicas, explorando diversos tons: poético, lírico, filosófico, reflexivo, irônico, humorístico etc. É por meio das escolhas lexicais, das introduções e retomadas de referentes e expressões referenciais, que os locutores e interlocutores constroem uma imagem de si mesmos e de suas opiniões, transformando acontecimentos triviais em eventos ricos expressivamente, reinventando a realidade de forma poética.

Em Moraes (2010), compreendemos que, mesmo em crônicas em que prevaleça o modo de organização narrativo, pode-se estabelecer um viés argumentativo decorrente do processo de interação entre os interlocutores.

De fato, a crônica é, por excelência e por natureza, um gênero que pratica a opinião, argumenta a favor de (ou contra) algo, apresentando, em prol disso, justificativas prováveis, verossímeis, por vias argumentativas que falem ao intelecto e ao espírito, à alma [...] Mesmo sob a manifestação do seu mais

recorrente modo de organização, o modo narrativo, os eventos relatados são comumente expedientes para a manifestação de teses, propostas sobre o mundo (MORAES, 2010: 97).

Com todas as reflexões estabelecidas, percebemos que a referenciação revela as “propostas sobre o mundo” que os textos apresentam. E, para os locutores e interlocutores, torna-se fundamental compreender e utilizar adequadamente estratégias de (re)categorização com o uso de expressões referenciais como recurso produtivo, com vistas a revelar a intersubjetividade, a sensibilidade e os projetos de sentido diante da realidade que os cerca.

4. A CONSTRUÇÃO DE CADEIAS REFERENCIAIS: ESTRATÉGIAS DE (RE)CATEGORIZAÇÃO

A construção do texto se inicia a partir de um tema ou tópico para o qual os referentes são introduzidos e categorizados em função da representação da realidade que se deseja veicular aos interlocutores ao longo da progressão textual. Koch (2009: 62) discretiza as três operações básicas que estão envolvidas na constituição da memória discursiva, como estratégias de referenciação, e que, conseqüentemente, colaboram para a construção de cadeias referenciais.

1. Construção/ativação: pela qual um “objeto” textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo.
2. Reconstrução/reativação: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco).
3. Desfocalização/desativação: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido passando a ocupar a posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para a utilização imediata na memória dos interlocutores (KOCH, 2009: 62).

A partir desse padrão cognitivo, é possível introduzir, retomar, focalizar e desfocalizar os objetos de discurso, que são postos em saliência ao ajustar-se aos propósitos comunicativos e ao desenvolvimento dos tópicos discursivos. A construção dos referentes no discurso pode se iniciar de duas maneiras: a introdução/ativação “ancorada” e “não ancorada”. A introdução “não ancorada” ocorre quando um objeto de discurso é mencionado no texto pela primeira vez, um dado novo, e passa a fazer

parte da memória cognitiva do interlocutor no momento da enunciação, correspondem à introdução do objeto em primeira menção. Já a introdução/ativação “ancorada” pressupõe um compartilhamento de informações. É quando um “novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo” (KOCH, 2009: 64). A introdução ancorada pressupõe a ativação de um novo objeto de discurso a partir da remissão a um elemento do texto evocado por indícios semânticos, sem, no entanto, operar uma retomada pontual.

O ponto de partida de um texto se dá pela introdução de um objeto de discurso no domínio referencial, de modo que esse objeto e os atributos e predicções atribuídos a ele passem a ocupar um espaço na memória cognitiva dos interlocutores. A introdução pode ocorrer por meio de um nome próprio (nomeação do objeto), de pronomes catafóricos (com a protelação da enunciação do objeto, com fins de gerar especulação e suspense) e de expressões nominais (categorização do objeto). Vejamos a exemplificação dessas três estratégias em algumas crônicas a seguir:

(1)

Quase (excerto)
Antônio Prata

Como nunca levou jeito para a música nem para a arte da carpintaria, *Osmar dos Santos* formou-se advogado — profissão que muito lhe convinha, visto que não nascera para outra coisa senão para advogar.

Rosinha Carvalho, por sua vez, já aos treze sabia comandar uma casa como ninguém: lavava, passava, cozinhava e fazia magníficos arranjos de flores.

Certa vez passou por Bauru, onde residia *a moça*, um amigo do Dr. Carvalho que, abismado com os arranjos, felicitou: "Mas que lindo arranjo de flores, *Rosinha!*" Dr. Carvalho, bom pai e conhecedor das artes varonis para atingir a cópula, muito prudentemente acertou três tiros no homem, que morreu ali mesmo.

Mas *Osmar* nunca ficou sabendo do ocorrido, posto que não nascera em Bauru nem nunca por lá passara (a bem da verdade, só saíra uma vez de sua cidade, indo para São Vicente a trabalho) e, sendo assim, não ficou chocado e pôde continuar com sua nobre ocupação sem maiores (nem menores) tormentos. *Rosinha* chorou um pouco, mas depois resignou-se com a fatalidade e continuou com seus lindos arranjos.

Rosinha, bela moçoila e prendada como só, já estava em idade de casar. *Osmar*, advogado com o diploma na parede e a bela tabuleta na porta, também (PRATA. Antônio. *Douglas e outras histórias*. Rio de Janeiro: Azougue Editora, 2001).

No exemplo (1), os referentes relacionados aos personagens centrais são introduzidos em primeira menção por nomeação “*Osmar dos Santos*” e “*Rosinha Carvalho*” e retomados por repetição parcial “*Osmar*” e “*Rosinha*”. Além de pronominalizações⁸ e elipses, também há a retomada do referente “*Rosinha*

⁸ Praticamente não estamos incluindo em análises de textos e cadeias referenciais o emprego de pronominalizações e elipses com função de retomada de referente, devido ao fato de o foco deste

Carvalho” pela expressão definida “*a moça*”, procedendo-se, assim, à categorização dos referentes.

(2) **O risadinha (I)** (excerto)
Paulo Mendes Campos

Seria melhor dizer que *ele* não teve infância. Mas não é verdade. Eu *o* conheci menino, trepando às árvores, armando alçapão para canários-da-terra, bodoqueando as rolinhas, rolando pneu velho pelas ruas, pegando traseira de bonde, chamando o professor Asdrubal de *Jaburu*. Foi este último um dos mais divertidos e perigosos brinquedos de nossa infância: o velho corria atrás da gente brandindo a bengala, seus bastos bigodes amarelos fremindo sob as ventas vulcânicas.

Nestor, em suma, teve a meninice normal de *um filho de funcionário público* em nosso tempo, tempo incerto, pois os recursos da Fazenda na província eram magros, e os pagamentos se atrasavam, enervando a população (CAMPOS, Paulo Mendes. *Crônicas 2*. São Paulo: Ática, 2006, Coleção Para gostar de ler, vol. 2).

Na crônica “O risadinha (I)”, o referente “Nestor” só é nomeado no segundo parágrafo, sendo inicialmente referenciado pelos pronomes “*ele*” e “*o*”, que protelam a enunciação do objeto textual para depois proceder às categorizações por nome próprio e pelo sintagma preposicional constituinte da expressão nominal, “*a meninice normal de um filho de funcionário público*”.

(3) **O menino do dedo roxo** (excerto)
Lourenço Diaféria

O menino estourou o dedo na porta da cozinha.

Foi um corre-corre.

De noite, quando o pai chegou em casa, o dedo estava amarrado com gaze, vermelha de mertiolato.

— Que que foi isso? — pergunta o pai pegando a mão *do filho*.

A mãe se desculpa:

— A brincadeira, ora essa. Não para um minuto *o capeta*. Desta vez prendeu o dedo na porta. É o que dá não ouvir a gente.

O pai torce o nariz. A mulher coloca a panela de arroz na mesa e apaga o gás que esquentava o feijão. Levanta a toalha do cesto de pão, destampa pirex com machucho e carne moída.

— O papai janta e depois vê isso. Me passa a pimenta.

O guri continua a gemer (DIAFÉRIA, Lourenço. *O imitador de gato*. São Paulo: Ática, 2003, Coleção Para gostar de ler, vol. 30).

Já no exemplo (3), percebemos a introdução do objeto em primeira menção pela expressão definida “*o menino*” que, posteriormente, é retomado por outras expressões nominais “*d(o) filho*”, “*o capeta*”, “*o guri*”. Observamos que se utiliza, respectivamente, uma categorização, “*o menino*” é contextualizado como “*filho*”; uma recategorização com a expressão “*o capeta*”, que evoca o tipo de comportamento do

estudo ser as expressões nominais e suas possibilidades de categorização e recategorização de referentes. No entanto, ao analisarmos alguns textos, a inclusão dessas estratégias poderá ser imprescindível.

referente; por fim, uma categorização a partir de léxico regional “*o guri*”, usado como designação alternativa, sinônima do objeto “*o menino*”.

Visualizamos, pela evolução dos encaminhamentos discursivos, que o nome próprio pode ser retomado por pronome ou por expressões nominais, sendo o uso de formas nominais uma estratégia de primeira categorização. As expressões nominais, por sua vez, podem ser retomadas por outras expressões nominais e, pela perspectiva que atribuir aos objetos, poderão ocorrer novas categorizações ou uma recategorização do objeto (KOCH, 2008: 101-102). Em suma, a nomeação por nome próprio opera apenas a designação do objeto; as pronominalizações, de maneira geral, garantem a progressão textual pela correferência; sendo as expressões nominais os itens lexicais que mais agregam significação substancial, riqueza de detalhes e argumentatividade na categorização do objeto, uma vez que deixam entrever pistas da propriedade da língua.

Não podemos deixar de citar que a introdução ou ativação do referente pode gerar continuidade referencial e ativação de novos referentes, ou não. Roncarati (2010: 141) afirma que as cadeias referenciais apresentam também muitos referentes de menção única, que não progridem no texto. Quando progridem, trata-se de “referente de primeira menção, que pode ser reativado, por manutenção e reintrodução de tópico, ou desativado pela introdução de outro referente, gerando mudança de tópico”.

Como exemplificação do referente de menção única, temos, no trecho do texto (3), o período: “A mulher coloca a panela de arroz na mesa e apaga o gás que esquentava o feijão. Levanta a toalha do cesto de pão, destampa pirex com machucho e carne moída”. Os referentes destacados são ativados como contextualizadores da cena enunciativa de um jantar, uma vez ativados não são retomados ao longo da narrativa, voltando o foco para a problemática do menino ao machucar o dedo.

Para compreendermos porque alguns referentes evoluem semanticamente e outros não, retomamos Marcuschi (2008) que, ao citar os principais elementos linguísticos que operam na organização textual, os divide em *formas remissivas referenciais* e *formas remissivas não referenciais*.

As *formas remissivas referenciais* “são todos os elementos linguísticos que estabelecem referências a partir de suas possibilidades referidoras”, o que as define como “itens lexicais plenos” com “referência virtual própria”. Entre essas formas, o

autor lista: sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, grupos nominais definidos, nominalizações, elementos metalinguísticos e elipses. As *formas remissivas não referenciais* são aquelas que não têm autonomia referencial, encerrando apenas a propriedade de correferir, “estabelecer uma relação de identidade referencial com o elemento remetido” ou “referir algo por analogia, associação”. Como exemplo, temos artigos, pronomes adjetivos e substantivos, numerais, pronomes pessoais, advérbios pronominais (MARCUSCHI, 2008: 109).

É necessário fazer uma ressalva quanto à referência pronominal, muito utilizada em textos narrativos e em textos orais. Marcuschi (2008: 110-111) argumenta que “são casos de substituição mínima, ou seja, a remissão não se baseia em quase nenhuma característica semântica⁹ do item substitutivo, pois ele não é referencial em si mesmo e tem apenas uma relação morfossintática com o item ou estrutura que refere”. Na modalidade oral, a pronominalização é muito utilizada pelo seu caráter dêitico¹⁰, em que retoma elementos facilmente recuperáveis pelo contexto. No entanto, quando se trata do texto escrito, o uso de pronominalizações não acrescenta muitas relações de sentido, pois os pronomes constituem uma classe mais genérica dos nomes e, em casos em que houver mais de uma possibilidade de elemento a ser referenciado, pode gerar ambiguidade. Destacamos, ainda, que “o exagero no uso da pronominalização num texto leva a uma progressiva diminuição da informação e a uma dificuldade crescente de processamento cognitivo”.

As expressões nominais referenciais anafóricas constituem, assim, a base do processo de referenciação, como estratégias das mais significativas que propiciam, por meio de retomadas e remissões, a continuidade e a manutenção referencial. Há de se ressaltar, no entanto, que o sentido não se constrói pelas expressões referenciais em si, isoladamente, mas pela integração dos diversos índices cotextuais e contextuais que as expressões revelam, de modo que o interlocutor consiga interpretar o sentido do texto que o locutor quis veicular.

Da mesma forma que o processo de referência passou por mudanças de abordagem, a compreensão das anáforas, segundo Custódio Filho e Silva (2013: 60), também expandiu sua conceituação:

De mecanismo promovedor da ligação entre expressões referenciais
(considerado, no mais das vezes, apenas como peça no fluxo de informação),

⁹ Somente em processos referenciais e cognitivos mais complexos como as anáforas indiretas e associativas, o uso de pronomes apresenta uma conotação semântica mais específica.

¹⁰ Dêiticos: elementos que pressupõem uma relação situacional, remetendo a elementos extratextuais.

o fenômeno anafórico passou a ser entendido como o cerne de um processo, operado no texto, de construção e modificação dos objetos de discurso. Tais objetos, ao mesmo tempo em que revelam as perspectivas do enunciador sobre o texto produzido, são essenciais para o “diálogo” do qual o coenunciador precisa participar quando em interação.

Há vários tipos de processos anafóricos que colaboram para a tessitura do texto, o que exige uma discussão ampla e aprofundada em torno de várias designações que abrangem esse processo. Entre as principais estratégias de progressão referencial que permitem a construção de cadeias referenciais, por meio das quais se procede à categorização ou recategorização discursiva dos referentes, estão as apontadas por Koch (2011: 85): uso de pronomes ou elipses (pronome nulo); uso de expressões nominais definidas e uso de expressões nominais indefinidas. Procederemos nossa análise, focalizando as estratégias por uso de expressões nominais.

4.1 USO DE FORMAS NOMINAIS DEFINIDAS E INDEFINIDAS PARA A INTRODUÇÃO E RETOMADA DE REFERENTES

De maneira geral, as expressões nominais se apresentam com um núcleo nominal, acompanhado ou não de determinantes e modificadores, seguindo as possíveis configurações abaixo, segundo Koch (2009: 68):

- Det. + Nome
- Det.+ Modificador(es) + Nome +Modificador(es)
- Determinantes: Artigo Definido / Demonstrativo
- Modificadores: Adjetivo, SP (substantivo predicativo) e oração relativa.

Independentemente de quais desses elementos linguísticos formais são usados, classe gramatical ou estrutura oracional, o interlocutor precisa perceber que a expansão de um núcleo nominal se dá por uma diversidade de rearranjos lexicais e linguísticos e que essa expansão agrega informações novas, mudando a perspectiva da informação inicial dada. Por meio das descrições nominais e de suas várias possibilidades de arranjos configuracionais, é possível ativar, entre os conhecimentos culturais compartilhados, características e particularidades do referente que levem o interlocutor a construir a imagem que se deseja em relação a ele.

Roncarati (2010: 97) assinala que uma das estratégias de construção de cadeia referencial normalmente empregada é a ativação de um referente por uma *descrição*

ou *expressão referencial indefinida*, uma vez que a informação ainda é nova, sendo a sua retomada feita através de uma *expressão definida*, já que a informação passa a ser dada e o estatuto informacional “velho, consabido, textualmente evocado”. Nesse padrão de construção, enquanto o artigo indefinido representa uma generalização do referente, “o emprego do artigo definido é índice de identificabilidade do referente, que preenche o critério de compartilhamento, de conhecimento mútuo e de saliência contextual”.

Com a ideia de indefinição e generalização, as expressões referenciais podem tanto introduzir novos referentes textuais, como ter função anafórica, colaborando para a construção de sentido. No texto (4), observamos exemplos em que os referentes são introduzidos e referenciados de forma generalizada e indefinida, como forma de orientar os interlocutores a acionar um contexto situacional e cognitivo que os ajude a categorizar a cena narrada, bem como os personagens e objetos que fazem parte dela como algo plausível de acontecer.

(4) **Assaltos insólitos** (excerto)
Affonso Romano Sant’Anna

Uma amiga ia encostando seu carro na esquina da Farme de Amoedo. Um tipo com ar desses que tomam conta de carro na rua começou a ajudar para que ela estacionasse o veículo. O carro no lugar, ela desliga a chave, mas na hora em que ia abrir a porta, percebeu que o guardador do carro dificultava a sua saída. Não era um guardador de carro, era um ladrão. E pior, usava para o assalto uma arma jamais vista nessas situações. Abriu um jornal cheio de merda e disse:

– Se não passar a grana, lambuzo a senhora toda.

Ela não teve alternativa. Ainda sentada ao volante abriu a carteira e tirou várias notas e deu ao assaltante, parecendo aos demais que apenas adiantava o pagamento do estacionamento (SANT’ANNA, Affonso Romano. *Porta de Colégio e Outras Crônicas*. São Paulo: Ática, 1995, Coleção Para gostar de ler, vol.16).

O uso das expressões nominais indefinidas em sequência, “*um tipo com ar desses que tomam conta de carro na rua*”, “*um guardador de carro*” e “*um ladrão*”, contribui para consolidar a imagem do senso comum de que, entre os guardadores de carros nas ruas, sempre há alguns que são ladrões. Por sua vez, o referente “*uma arma jamais vista nessas situações*”, ao ser retomado por “*um jornal cheio de merda*”, progride em sua especificação e associa-se semanticamente com o título ao categorizar a situação como algo insólito, estranho, indefinido, como sugerem as expressões indefinidas empregadas no texto.

No exemplo (5), podemos observar que o referente é introduzido por expressão indefinida por ser um dado novo e, posteriormente, retomado por expressões definidas por se tratar de informação já dada anteriormente.

(5) **A velha contrabandista** (excerto)
Stanislaw Ponte Preta

Diz que era uma velhinha que sabia andar de lambreta. Todo dia ela passava pela fronteira montada na lambreta, com um bruto saco atrás da lambreta. O pessoal da alfândega – tudo malandro velho – começou a desconfiar da velhinha.

Um dia, quando ela vinha na lambreta com o saco atrás, o fiscal da alfândega mandou ela parar. A velhinha parou e então o fiscal perguntou assim pra ela:

- Escuta aqui, vovozinha, a senhora passa aqui todo dia, com esse saco aí atrás. Que diabo a senhora leva nesse saco? (PONTE PRETA, Stanislaw. *Gol de Padre e outras crônicas*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2001, Coleção Para Gostar de Ler, vol. 23).

O referente é ativado pela expressão nominal indefinida “*uma velhinha*”, uma vez que ainda não faz parte da memória discursiva do leitor. Ao ser acompanhado do modificador oracional “*que sabia andar de lambreta*”, já se inicia uma tentativa de especificação da personagem. Posteriormente as retomadas são feitas pelo pronome “*ela*” e pelas expressões definidas “*d(a) velhinha*”, “*a velhinha*”, indicando uma informação conhecida e, posteriormente, pelas expressões “*vovozinha*” e “*a senhora*”, em retomadas correferenciais e cossignificativas, que denotam modos alternativos de se referir a uma mulher idosa, traduzindo crenças da sociedade pelas formas como determinados sujeitos sociais fazem essas referências.

A descrição definida tem como característica principal permitir que o locutor opere uma seleção lexical que aspectualize o referente, entre as propriedades que se podem atribuir a este. No exemplo (5), percebemos que uma desconfiança surgiu quando “*uma velhinha*” apresentou um comportamento diferente e repetitivo, marcado pelo fato de andar de lambreta, ação realizada, principalmente, por jovens. Ao ser chamada de “*vovozinha*”, percebemos uma designação de condescendência ao fato de que muitas vezes uma idosa é vista como inválida e sua condição física a impediria de realizar algum ato impróprio ou ilegal, o que leva a uma descrença em relação à suspeita inicial. Assim, a escolha de descrições definidas envolve a ativação de conhecimentos compartilhados entre os interlocutores capazes de revelar opiniões, crenças e atitudes do locutor e, ainda, pode trazer informações novas, propriedades ou dados do referente que, por vezes, não sejam do conhecimento do interlocutor (KOCH, 2011).

O texto (6) exemplifica a presença de várias expressões nominais utilizadas para a progressão e construção do sentido. Vamos nos deter na análise das expressões utilizadas para retomar o referente *um cidadão*, ativado como personagem de mais uma história que exemplifica assaltos incomuns.

(6) **Assaltos insólitos** (excerto)
Affonso Romano Sant'Anna

Assalto não tem graça nenhuma, mas alguns, contados depois, até que são engraçados. É igual a certos incidentes de viagem, que, quando acontecem, deixam a gente aborrecidíssimo, mas depois, narrados aos amigos num jantar, passam a ter sabor de anedota. Uma vez me contaram de *um cidadão* que foi assaltado em sua casa. Até aí, nada demais. Tem gente que é assaltada na rua, no ônibus, no escritório, até dentro de igrejas e hospitais, mas muitos o são na própria casa. O que não diminui o desconforto da situação. Pois lá estava *o dito-cujo* em sua casa, mas *vestido em roupa de trabalho*, pois resolvera dar uma pintura na garagem e na cozinha. As crianças haviam saído com a mulher para fazer compras e *o marido* se entregava a essa terapêutica atividade, quando, da garagem, vê adentrar pelo jardim dois indivíduos suspeitos.

Mal teve tempo de tomar uma atitude e já ouvia:

– É um assalto, fica quieto senão leva chumbo.

Ele já se preparava para toda sorte de tragédias quando um dos ladrões pergunta:

– Cadê o patrão?

Num rasgo de criatividade, respondeu:

– Saiu, foi com a família ao mercado, mas já volta.

– Então vamos lá dentro, mostre tudo.

Fingindo-se, então, de *empregado de si mesmo*, e ao mesmo tempo para livrar sua cara, começou a dizer:

– Se quiserem levar, podem levar tudo, estou me lixando, não gosto *desse patrão*. Paga mal, é *um pão-duro*.

Por que não levam aquele rádio ali? Olha, se eu fosse vocês levava aquele som também. Na cozinha tem uma batedeira ótima da patroa. Não querem uns discos? Dinheiro não tem, pois ouvi dizerem que botam tudo no banco, mas ali dentro do armário tem uma porção de caixas de bombons, que *o patrão é tarado por bombom*.

Os ladrões recolheram tudo o que *o falso empregado* indicou e saíram apressados.

Daí a pouco chegavam a mulher e os filhos. Sentado na sala, *o marido* ria, ria, tanto nervoso quanto aliviado do próprio assalto que ajudara a fazer contra si mesmo (SANT'ANNA, Affonso Romano. *Porta de Colégio e Outras Crônicas*. São Paulo: Ática, 1995, Coleção Para gostar de ler, vol. 16).

As formas referenciais utilizadas para retomar o referente *um cidadão*, mantendo-o saliente no texto foram: *o dito-cujo* → *vestido em roupa de trabalho* → *o marido* → *empregado de si mesmo* → *desse patrão* → *um pão-duro* → *o patrão* → *tarado por bombom* → *o falso empregado* → *o marido*.

A expressão “*um cidadão*” categoriza o referente ainda em fase de contextualização, por isso o uso do artigo indefinido, e o caracteriza como alguém dotado de direitos e que foi assaltado como outros tantos também são. As expressões referenciais definidas, por sua vez, como “*o patrão*” e “*o marido*”, apresentam conotação relacionada ao fato de o personagem ser o proprietário da casa e o chefe da família. Já as formas “*empregado de si mesmo*” e “*o falso empregado*” trazem

informações novas que se relacionam com a situação narrada pelo proprietário de se fingir de funcionário da casa assaltada, levando o interlocutor a compreender como o personagem simulou a situação, sendo a mesma inusitada, visto que ajudou os assaltantes a levarem seus próprios bens. Também há expressões definidas que, por meio de predicação atributiva “*vestido em roupa de trabalho*”, “*um pão-duro*” e “*tarado por bombom*”, trazem informações que retomam o referente.

Dessa forma, a cadeia referencial para o personagem foi traçada pelo uso de várias expressões nominais, principalmente as definidas, que, se somando ao delineamento de outras cadeias referenciais relativas a personagens, espaço e objetos da narrativa prestam ao propósito comunicativo do cronista de estabelecer um tom de humor pela leveza da linguagem e estilo irreverente, ativando diversos sentidos na narrativa pelo compartilhamento de informações entre os interlocutores.

Uma ressalva deve ser feita sobre as expressões nominais com função atributiva. Roncarati (2010: 66) inclui, entre os processos de referenciação, as expressões atributivas, que incorporam a predicação nominal sob a alegação de que designam entidades atributivas a partir do uso do predicativo do sujeito, predicativo do objeto e do aposto. Como exemplos, a autora cita: “O senhor está *desengano*”; “O médico considerou-o *desengano*”; “A enfermeira, *atendente daquele andar*, ficou surpresa com a reação do paciente”.

Os complementos predicativos contribuem para a evolução do objeto de discurso, uma vez que os atributos, principalmente pelo uso de expressões nominais, que configuram seu estágio final, podem confirmar as transformações pelas quais o objeto passa. Assim, Roncarati (2010: 76) postula que uma cadeia referencial pode ser configurada a partir de qualquer sequência de expressões referenciais que remete a um mesmo referente e, por conseguinte, a define como um sistema de mapeamento referencial que permite distinguir entre “referência associada a um mesmo referente” e “referência atributiva, que monitora, para um dado referente, seu estatuto predicativo”. A predicação nominal ou a referência atributiva são incluídas entre os processos referenciais por Koch e Elias (2012b) e por Roncarati (2010), devido à propriedade de caracterizar e informar o que se passa com as entidades referenciadas, incluindo informação nova e contribuindo para a recategorização ou refocalização do referente.

Se retomarmos os trechos de crônicas explorados anteriormente como exemplificação do uso de algumas expressões nominais definidas e indefinidas,

podemos analisar alguns casos de predicação. Primeiramente, no texto (1) observamos no trecho: “*Rosinha, bela moçoila e prendada como só*, já estava em idade de casar. *Osmar, advogado com o diploma na parede e bela tabuleta na porta, também*”, que os apostos atributivos acrescentam informação nova aos referentes “*Rosinha*” e “*Osmar*”. De forma semelhante, no texto (4), há exemplos em que o predicativo do sujeito muda a perspectiva atribuída ao referente como em: “O carro no lugar, ela desliga a chave, mas na hora que ia abrir a porta, percebeu que o guardador do carro dificultava a sua saída. Não era um guardador de carro, era um ladrão” e, no texto (6) “— Se quiserem levar, podem levar tudo, estou me lixando, não gosto desse patrão. Paga mal, é um pão-duro.”

Para uma melhor compreensão dos aspectos apresentados sobre a construção de cadeias referenciais, faz-se necessário também uma explanação detalhada sobre expressões nominais exercendo função de anáforas correferenciais cossignificativas e recategorizadoras, bem como de anáforas indiretas e associativas.

4.2 ANÁFORA CORREFERENCIAL COSSIGNIFICATIVA

Esse tipo de anáfora ocorre pela reiteração de termos, sem que isso incorra em empobrecimento textual, e por uso de palavras sinônimas. Assim, o conceito de cossignificação se refere ao fato de as expressões referenciais retomarem o mesmo referente com manutenção de sua significação. Roncarati (2010: 142) inclui, ainda, nesses casos, a retomada explícita de elementos por construções linguísticas com estabilidade referencial, citando o uso de diminutivos, aumentativos, abreviação, siglas. Observemos, na crônica a seguir, a reiteração de termos:

(7) **Minhas férias** (texto integral)
Luís Fernando Veríssimo

Eu, minha mãe, meu pai, minha irmã (Su) e meu cachorro (Dogman) fomos fazer camping. *Meu pai* decidiu fazer camping este ano porque disse que estava na hora de a gente conhecer a natureza de perto, já que eu, *a minha irmã (Su)* e *o meu cachorro (Dogman)* nascemos em apartamento, e, até os 5 anos de idade, sempre que via um passarinho numa árvore, eu gritava “aquele fugiu!” e corria para avisar um guarda; mas eu acho que meu pai decidiu fazer camping depois que viu o preço dos hotéis, apesar de a minha mãe avisar que, na primeira vez que aparecesse uma cobra, ela voltaria para casa correndo, e *a minha irmã (Su)* insistir em levar o toca-discos e toda a coleção de discos dela, mesmo *o meu pai* dizendo que aonde nós íamos não teria corrente elétrica, o que deixou *minha irmã (Su)* muito irritada, porque, se não tinha corrente elétrica, como ela ia usar o secador de cabelo? Mas *eu* e *o meu cachorro (Dogman)* gostamos porque *o meu pai* disse que nós íamos pescar, e cozinhar nós mesmos o peixe pescado no fogo, e comer o peixe com as mãos, e se há uma coisa que eu gosto é confusão. Foi muito engraçado o dia em que *minha mãe* abriu a porta do carro bem devagar,

espiando embaixo do banco com cuidado e perguntando “será que não tem cobra?”, e *o meu pai* perdeu a paciência e disse “entra no carro e vamos embora”, porque nós ainda nem tínhamos saído da garagem do edifício. Na estrada tinha tanto buraco que o carro quase quebrou, e nós atrasamos, e quando chegamos ao local do camping já era noite, e *o meu pai* disse “este parece ser um bom lugar, com bastante grama e perto da água”, e decidimos deixar para armar a barraca no dia seguinte e dormir dentro do carro mesmo; só que não conseguimos dormir porque *o meu cachorro (Dogman)* passou a noite inteira querendo sair do carro, mas *a minha mãe* não deixava abrirem a porta, com medo de cobra; e no dia seguinte tinha a cara feia de um homem nos espiando pela janela, porque nós tínhamos estacionado o carro no quintal da casa dele, e a água que *o meu pai* viu era a piscina dele e tivemos que sair correndo. No fim conseguimos um bom lugar para armar a barraca, perto de um rio. Levamos dois dias para armar a barraca, porque *a minha mãe* tinha usado o manual de instruções para limpar umas porcarias que *o meu cachorro (Dogman)* fez dentro do carro, mas ficou bem legal, mesmo que o zíper da porta não funcionasse e para entrar ou sair da barraca a gente tivesse que desmanchar tudo e depois armar de novo. O rio tinha um cheiro ruim, e o primeiro peixe que nós pescamos já saiu da água cozinhado, mas não deu para comer, e o melhor de tudo é que choveu muito, e a água do rio subiu, e nós voltamos pra casa flutuando, o que foi muito melhor que voltar pela estrada esburacada; quer dizer que no fim tudo deu certo (VERÍSSIMO, Luís Fernando. *O nariz e outras crônicas*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2007, Coleção Para gostar de ler, vol. 14).

O título da crônica, “Minhas férias”, lembra-nos um tema tradicional das redações escolares após a volta às aulas, o que nos faz supor que o locutor desse texto é representado por um aluno dos anos iniciais que ainda está em processo de escolarização. Assim, percebemos que a cadeia referencial relacionada aos membros de sua família é formada pela reiteração de expressões nominalizadas, às vezes definidas, e com indicação de posse como em “*o meu pai*”, “*a minha mãe*”; em alguns casos acrescidos de palavra referente ao apelido e ao nome próprio “*a minha irmã (Su)*”, “*o meu cachorro (Dogman)*”, representando bem anáforas correferenciais cossignificativas. O locutor, por sua vez, é referenciado por pronominalização – *eu* – recurso também usado em referência aos membros da família “*ela*”, “*a gente*”, “*nós*”. A repetição excessiva das expressões referenciais, no entanto, contribui para estabelecer o propósito comunicativo do texto, por retratar um narrador criança, que não domina ainda todas as estratégias de textualização.

Em relação ao uso de palavras sinônimas, devemos considerar que, pelo senso comum, sinônimos são palavras que apresentam a mesma significação, podendo ser substituídas umas pelas outras. No entanto, o uso das palavras em contexto nos prova o fato de não existir sinônimos perfeitos. Sempre haverá entre os sinônimos traços distintivos, mesmo que de forma sutil, que, em algum contexto, impeçam a simples substituição de uma palavra por outra, mantendo a informação inalterada. A seguir, no texto (8), encontra-se uma exemplificação de anáfora correferencial e cossignificativa, em que o referente “fotografia” é retomado por “foto”, expressão referencial sinônima, sem alteração de sentido:

(8)

A foto (excerto)
Luís Fernando Veríssimo

Foi numa festa de família, dessas de fim de ano. Já que o bisavô estava morre não morre, decidiram tirar uma fotografia de toda a família reunida, talvez pela última vez. A bisa e o biso, filhos, filhas, noras, genros e netos em volta, bisnetos na frente, esparramados pelo chão. Castelo, o dono da câmara, comandou a pose, depois tirou o olho do visor e ofereceu a câmara a quem ia tirar a fotografia. Mas quem ia tirar a fotografia?

– Tira você mesmo, ué.

– Ah, é? E eu não saio na foto? (VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001).

Em contraposição à ideia de sinônimos perfeitos, Rubem Alves, em seu texto “Você e o seu retrato”, revela que uma substituição nunca é “perfeita”, de modo que uma expressão referencial pode mudar “filosoficamente” a perspectiva do referente, constituindo, por vezes, uma estratégia de posicionamento do locutor. O autor nos mostra que as palavras “retrato” e “foto” não podem ser consideradas sinônimas em qualquer contexto, o que caracterizaria uma anáfora correferencial, mas nem sempre cossignificativa, como podemos observar a seguir, no exemplo (9):

(9)

Você e o seu retrato (excerto)
Rubem Alves

Quem fala “retrato” já confessou a idade. É velho. Hoje se diz “foto”.

Segundo o Aurélio, as duas palavras são sinônimas. Não são. Os dicionários frequentemente se enganam. “Retrato” e “foto” são habitantes de mundos que não se tocam.

A “foto” pertence ao mundo da banalidade: o piquenique, o turismo, a festa. Combina com Bic, com chicletes, com Disneylândia. Tirar uma foto é gesto automático, não precisa pensar. É só apertar um botão.

Um “retrato”, ao contrário, só aparece ao fim de uma meditação metafísica, religiosa. É o ponto final de uma busca. O retratista busca capturar um pássaro mágico invisível que mora na pessoa a ser retratada e que, vez por outra, faz uma aparição efêmera. Um retratista é um caçador de almas (ALVES, Rubem. *Navegando*. São Paulo: Papyrus, 2000).

4.3 ANÁFORA CORREFERENCIAL RECATEGORIZADORA

A anáfora correferencial recategorizadora, por sua vez, ao retomar o referente, acaba por remodelar sua forma de designação, recategorizando-a, como já descrevemos anteriormente. As estratégias de recategorização são várias, mas, seguindo o modelo teórico proposto por Cavalcante (2003), especificaremos quatro tipos, estabelecendo um diálogo com outros autores.

4.3.1 POR HIPERÔNIMO

Para Cavalcante (2003), as expressões anafóricas hiperonímicas exploram as relações semânticas entre uma “etiqueta” que abrange um conjunto mais amplo, diferenciando, por algumas especificidades, o que justificaria a correferência recategorizadora. Já Apothéloz e Chanet (2003: 162) afirmam que uma das “razões mais comuns do emprego de uma denominação anafórica hiperonímica é a pressão exercida pela norma, a qual proscreve, na escrita, a repetição à curta distância de uma mesma palavra”. A relação hiperônimo/hipônimo seria uma estratégia para evitar a repetição, como no exemplo a seguir:

(10) **Automóvel: Sociedade Anônima** (excerto)
Paulo Mendes Campos

Já na compra do carro, você contribui para uma infinidade de setores produtivos, que podemos encolher ao máximo nos seguintes itens: a indústria automobilística propriamente dita, localizada no Brasil, mas sem qualquer inibição no que toca à remessa de lucros para o exterior; os vendedores de automóveis; a siderurgia; a petroquímica; as fábricas de pneus e as de artefatos de borracha; as fábricas de plásticos, couros, tintas, etc.; as fábricas de rolamentos e outras autopeças; as fábricas de relógios, rádios, etc.; as indústrias de petróleo e muitos de seus derivados; as refinarias; os distribuidores de gasolina, as oficinas mecânicas; as lojas distribuidoras de autopeças; o Estado (através do tributo).

Você já pode ir vendo a gravidade do seu gesto: ao comprar *um carro*, você entrou na órbita de toda essa gente; até ontem, você estava fora do alcance deles; hoje, *seu transporte* passou a ser, do ponto de vista econômico, simplesmente transcendental. Você é um homem economicamente importante – para os outros. *Seu automóvel* é de fato *uma sociedade anônima*, da qual todos lucram, menos você (CAMPOS, Paulo Mendes. *Crônicas*. São Paulo: Ática, 1979, Coleção Para gostar de ler, vol. 4).

Paulo Mendes Campos, na crônica acima, retoma o referente “carro” algumas vezes por reiteração, mas, em um dos parágrafos, acaba por recategorizá-lo pela relação entre “carro” (hipônimo), “transporte” (hiperônimo), “automóvel” (hipônimo). E, ainda, o referente carro recebe nova significação ao ser retomado pela expressão nominal indefinida “uma sociedade anônima”, recategorizando-o de forma singular para representar em um mesmo objeto toda uma espécie de setores produtivos e pessoas envolvidas por trás da produção de um carro.

4.3.2 POR EXPRESSÃO DEFINIDA

As expressões definidas apresentam funções diversas ao serem usadas em um texto: podem “acrescentar informações que particularizam o referente, ou destacar pontos de vista do enunciador sobre a entidade referida, ou as duas estratégias ao

mesmo tempo” (CAVALCANTE, 2003: 110). Quando ocorre a alteração das características do referente, percebemos o processo de recategorização, como ocorre no exemplo (11), a seguir:

(11) **Ousadia** (excerto)
Fernando Sabino

A empregada veio abrir e ela irrompeu pela sala, contando aos pais atônitos, em termos confusos, a sua aventura:

– Descarado, como é que tem coragem? Me seguiu até aqui!

De súbito, ao voltar-se, viu pela porta aberta que *o homem* ainda estava lá fora, no saguão. Protegida pela presença dos pais, ousou enfrentá-lo:

– Olha ele ali! É ele, venham ver! Ainda está ali, *o sem-vergonha*. Mas que ousadia!

Todos se precipitaram para a porta. A empregada levou as mãos à cabeça:

– Mas a senhora, como é que pode! É *o Marcelo*.

– *Marcelo*? Que *Marcelo*? – a moça se voltou, surpreendida.

– *Marcelo, o meu noivo*. A senhora conhece ele, foi quem pintou o apartamento.

A moça só faltou morrer de vergonha:

– É mesmo, é o Marcelo! Como é que eu não reconheci! Você me desculpe, Marcelo, por favor.

No saguão, Marcelo torcia as mãos, encabulado:

– A senhora é que me desculpe, foi muita ousadia... (SABINO, Fernando. *Crônicas*. São Paulo: Ática, 1981, Coleção Para gostar de ler, vol. 2).

Essa crônica exemplifica a forma como o referente muda de perspectiva quando é retomado por expressões nominais definidas. O objeto de discurso foi sendo construído textualmente de forma genérica “*o homem*”, pejorativa “*o sem-vergonha*”, pelo nome próprio “*Marcelo*”, mas só foi identificado mesmo, em recategorização que até poderia ser chamada de “inversa”, pela expressão definida explicativa e apositiva definida “*o meu noivo*”, desfazendo o mal-entendido estabelecido na narrativa.

4.3.3 POR NOME GENÉRICO

As expressões nominais compostas por nomes genéricos operam a recategorização ao classificar, ou enquadrar, o referente dentro de uma categoria geral, como se observa mais uma vez, no texto (12).

(12) **Automóvel: Sociedade Anônima** (excerto)
Paulo Mendes Campos

Já na compra do carro, você contribui para uma infinidade de setores produtivos, que podemos encolher ao máximo nos seguintes itens: *a indústria automobilística propriamente dita, localizada no Brasil, mas sem qualquer inibição no que toca à remessa de lucros para o exterior; os vendedores de automóveis; a siderurgia; a petroquímica; as fábricas de pneus e as de artefatos de borracha; as fábricas de plásticos, couros, tintas, etc.; as fábricas de*

rolamentos e outras autopeças; as fábricas de relógios, rádios, etc.; as indústrias de petróleo e muitos de seus derivados; as refinarias; os distribuidores de gasolina, as oficinas mecânicas; as lojas distribuidoras de autopeças; o Estado (através do tributo) (CAMPOS, Paulo Mendes. *Crônicas*. São Paulo: Ática, 1979, Coleção Para gostar de ler, vol. 4).

Quando o locutor antecipa a infinidade de setores produtivos por trás da fabricação de um carro pelo referente catafórico “*itens*”, acompanhado do dêitico textual “*seguintes*”, opta por uma expressão genérica para categorizá-lo, exemplificando, por conseguinte, os itens propriamente enumerados. Da mesma forma, podemos observar, no texto (13), a categorização do referente por meio de nome genérico:

(13)

O melhor amigo (excerto)
Fernando Sabino

A mãe estava na sala, costurando. O menino abriu a porta da rua, meio ressabiado, arriscou um passo para dentro e mediu cautelosamente a distância. Como a mãe não se voltasse para vê-lo, deu uma corridinha em direção de seu quarto.

— Meu filho? — gritou ela.

— O que é? — respondeu, com o ar mais natural que lhe foi possível.

— Que é que você está carregando aí?

Como podia ter visto *alguma coisa*, se nem levantara a cabeça? Sentindo-se perdido, tentou ainda ganhar tempo.

— Eu? Nada...

— Está sim. Você entrou carregando *uma coisa* (SABINO, Fernando. *A vitória da infância*. São Paulo: Ática, 1995).

Ao categorizar o referente pelas expressões indefinidas *alguma coisa* e *uma coisa* com o nome-núcleo constituído de uma expressão genérica, o locutor cria um suspense sobre o conteúdo referencial, recategorizando-o como algo qualquer, indefinido.

4.3.4 POR PRONOME DEMONSTRATIVO NEUTRO

Segundo Cavalcante (2003), o pronome demonstrativo neutro é incluído entre as expressões recategorizadoras porque se aproxima de uma forma gramatical substantiva, com conteúdo semântico, ao adquirir, pelos traços prosódicos, valores pejorativos ou apreciativos entre outros. No exemplo (14), a seguir, o pronome demonstrativo “*isso*” é usado de forma enfática e recategoriza o referente “*um pacotinho de paz*” como algo difícil de conseguir.

(14)

Presente para a senhora (excerto)

Carlos Drummond de Andrade

Pelo visto, todos damos presentes errados: os filhos às mães, as mães aos filhos. Maridos, namorados, idem. Sábia foi Dona Lucrecia que chamou os cinco filhos e comunicou-lhes:

— Não precisava tomar trabalho comigo. Nem fazer despesa. Fico muito grata a vocês pela intenção. Basta cada um me trazer *um pacotinho de paz*, ouviram?

— Onde a gente arranja *isso*, mãe?

— Sei lá. O melhor é não procurar muito. Tragam pacotinhos vazios. A paz deve estar lá dentro (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1988).

4.4 ANÁFORAS INDIRETAS E ASSOCIATIVAS

O delineamento de cadeias referenciais não se dá apenas pela referência em sentido estrito com a reativação de referentes, que designam estados de coisas, ações, personagens, ambientes etc. As cadeias referenciais também são lacunosas e não remetem somente a referentes pontuais, o que exige, em alguns casos, a ativação de conhecimentos comuns, partilhados, situacionais, para que o interlocutor processe a interpretabilidade do texto. Marcuschi (2013: 54), em um estudo em que revisita a conceituação das anáforas e seus tipos, aponta as relações anafóricas como o processo de “designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica ou referencial”.

Ao lado das anáforas diretas, entre as quais as estabelecidas por expressões nominais definidas e indefinidas em relações correferenciais, cossignificativas e recategorizadoras, como até aqui estudamos, e que constituem uma espécie de substitutas dos termos por elas retomados, há de se considerar ainda as anáforas indiretas e associativas como estratégias significativas de construção referencial.

Devido à complexidade que instauram, vários são os tipos de anáforas indiretas e denominações usadas para se referir a elas. Entretanto, vamos nos restringir às contribuições que as anáforas indiretas e associativas trazem para a configuração de cadeias referenciais ao operar com elementos linguísticos de um mesmo campo léxico-semântico. Assim, estabelecem entre si relações cognitivas que contribuem para a expansão do domínio referencial, sem operar com repetições frequentes e retomadas pontualizadas do referente, ajudando, dessa forma, a definir e aspectualizar o contexto, acrescentar detalhes substanciais para a progressão textual e equilibrar as informações dadas e novas.

As anáforas indiretas se estabelecem por algum tipo de associação cognitiva ou discursiva. São representadas por expressões definidas, indefinidas ou pronominais, cuja interpretação é dependente da ancoragem em algum aspecto da estrutura textual precedente, a partir da qual ocorre a ativação de novos referentes, implicando não retomada, não correferencialidade, mas contribuindo incisivamente para o estabelecimento da referência global do texto.

Também nomeada de encapsulamento, a anáfora indireta compõe-se por uma ativação ancorada e se inclui entre as anáforas indiretas por retomar, sumarizar trechos ou partes do discurso já produzido, por meio de formas pronominais neutras (isto, isso, aquilo, o) e por expressões nominais (definidas, indefinidas, demonstrativas). Koch (2008: 105-106) afirma serem elas anáforas complexas.

Seleciona-se um segmento textual de extensão variada e constrói-se, com base nele, uma entidade discursiva, a qual passa a constituir um referente para futuras predicções. [...] Esse procedimento exige tanto do produtor como do interlocutor a habilidade cognitiva de formação de complexos. [...] Trata-se, assim, de anáforas complexas, ou seja, expressões nominais que selecionam antecedentes sentenciais ou antecedentes ainda mais longos que a sentença, proposicionalmente estruturados, tais como eventos, estados, fatos e ações.

Trata-se de um processo de *nominalização*, que, para se diferenciar das nominalizações anafóricas propriamente ditas, passou a ser definido como *nomeação*. Segundo Apothéloz e Chanet (2003: 132), a nomeação é a operação discursiva que consiste em referir-se, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição, ou seja, a proposição é retomada ou nomeada por um objeto de discurso que fornece as “informações-suporte” desta última. Percebemos a nomeação em frases em que a expressão nominal se apresenta como solução lexical (também chamada de rótulo) adotada para dar nome a um processo descrito anteriormente, o que podemos verificar no exemplo (15), a seguir:

(15) O que eu vou ser quando crescer? (excerto)
Antônio Prata

Foi quase sem querer. *O Maluf, então prefeito de São Paulo, tinha resolvido ampliar uma avenida e, para isso, demolir a casa em que eu tinha passado a infância.* Revoltado, escrevi um texto, lembrando as brincadeiras na rua e lamentando *a demolição*. Mostrei o texto para minha mãe e minha irmã e fui tomar banho. *Quando saí, encontrei as duas chorando, emocionadas.* Fiquei absolutamente entusiasmado: era possível, simplesmente rabiscando umas palavras num papel, fazer com que pessoas chorassem?! Risses?! Ficassem com medo?! Era isso o que eu queria fazer!

Felizmente, já passados onze anos desde *a choradeira familiar*, é o que continuo fazendo. (Claro, nada impede que aos 30 eu tenha uma crise existencial e descubra que estive equivocado e o que realmente me dá prazer é ser analista de sistemas ou alimentar os pinguins do jardim zoológico, sei lá – para quem passou de goleiro-a-astronauta-a-oceanógrafo-a-escritor não será nenhuma novidade.)

Isso tudo para dizer que a nossa profissão, a atividade na qual teremos mais prazer produzindo alguma coisa, não é algo que a gente invente, mas que descobre. E como muitas descobertas, ocorre mais ou menos por acaso e leva tempo: a gente entra numa faculdade, arruma um estágio, abandona a faculdade, sai do estágio, tenta outro curso, resolve pintar umas camisetas e vender por aí, desiste das camisetas, descobre que matérias da faculdade são mais interessantes, até que uma hora a gente se encontra: seja alimentando pinguins, estudando astronomia, rabiscando sobre uma prancheta, fazendo textos, comida chinesa, administração de empresas ou ginástica olímpica. O caminho não é nada fácil; pelo contrário, é cheio de tropeços, mas quem sabe não é num deles, com a cara no chão, que você descobre que sua grande vocação é fabricar tapetes? (PRATA, Antônio. *Adulterado*: crônicas. São Paulo: Moderna, 2009).

No exemplo (15), a nomeação é representada pelo uso das expressões nominais: “*a demolição*”, “*a choradeira familiar*”, “*muitas descobertas*” e “*o caminho*”, que conferem *status* de referente aos períodos destacados anteriormente em seus respectivos usos. Ao resumir a informação anterior, nomeando-a de forma peculiar, o locutor indica como se espera que essa seja interpretada pelo interlocutor. Essas nomeações mostram que as anáforas podem retomar todo um conjunto de informações por meio de uma expressão que contenha a “informação-suporte” do período ou da proposição precedente. Assim, em um dos exemplos, o referente “*a demolição*” ganha estatuto de objeto de discurso e faz remissão a toda a proposição: “*O Maluf, então prefeito de São Paulo, tinha resolvido ampliar uma avenida e, para isso, demolir a casa em que eu tinha passado a infância*”. Trata-se de um processo morfológico (um nome deverbal), cuja função semântica básica é a denominação de um evento, ação ou estado, atribuindo-lhe circunstâncias particulares e subjetivas (RONCARATI, 2010: 145). Nesse caso não podemos falar em correferencialidade e cossignificação, mas em uma relação de inferenciação, em que, a partir da ativação de um objeto, seja possível interpretar qual contexto sociocognitivo e textual é evocado por essa representação.

Por sua vez, as anáforas associativas são estabelecidas através de relações cognitivas, entre as quais podemos citar procedimentos realizados por meronímia, metonímia, hiperonímia. Roncarati (2010: 148) as define como a introdução de um objeto de discurso “a partir de algum tipo de relação meronímica com outros objetos presentes no cotexto. É fundada em elementos pertencentes a um mesmo campo léxico-semântico e que mantêm entre si relações de ingrediência”.

A meronímia consiste de retomada de uma parte de referente já mencionado, tido como holonímico. A meronímia é um associativo definido que põe em cena relações de natureza vária: de continente/conteúdo (uma bolsa e seus objetos), de objeto/matéria (uma valise/um couro), de funcionalidade (um televisor/um controle) etc. O termo meronímia equivale à noção de ingrediência (ser ingrediente, parte de), já a holonímia [de *hol-os* (inteiro) + *ónom-a*, (nome) + -ia] nomeia o objeto como um todo (RONCARATI, 2010: 150).

Normalmente, empregamos um termo por outro, relacionando-os por semelhança ou propriedade, como forma de evitar a repetição, assim, não necessariamente retomamos o objeto de discurso em sua integridade, mas por suas partes, mudando o foco para pequenos aspectos que fazem parte dele, o que pode gerar recategorização ou não. Observamos, no exemplo (16), que algumas expressões linguísticas fazem referência a partes de um animal, mas em remissão ao animal como um todo, o objeto de discurso “*a zebra*”.

(16)

A zebra (excerto)
Marina Colasanti

Entrei e dei de cara com a zebra. Comia as sambambaias. Imóvel, temi que se assustasse com minha presença, meu susto. Mas não pareceu se alterar. Olhos fixos, varava minha transparência.

Uma zebra na sala. Vinda de onde? Ela serena. Eu pronta ao recuo, tensa. Devagar me aproximo em passos duros. Encanto irrefreável, o pelo brilha na obediência das listras, preto novo, branco gasto, amarelo. A crina fura, aparada. E o cheiro de pasto. Há um tremor de expectativa nas orelhas, o prumo da cauda pende. Zebra, cavalo precioso.

A porta do jardim está aberta, não há marcas no gramado. De onde então? Afasto-me sem dar-lhe as costas, com medo que avance, ou que não faça nada embora eu o permita. Saio, fecho a porta devagar, sem intimidade para deixa-la assim sozinha, de portas abertas. E vou tentar descobrir.

Saberia alguém? Ninguém sabe. Os empregados não viram chegar, os vizinhos não a viram passar, ninguém é dono. Há algum circo, televisão, filmagem? Nada. No bairro quieto, a calma sem zebras (COLASANTI, Marina. *A zebra*. In: PINTO, Manuel da Costa (Org.) *Crônica brasileira contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2005).

No primeiro e segundo parágrafos, os anafóricos *olhos fixos*, *o pelo*, *a crina* não retomam diretamente a âncora “*a zebra*”, embora sejam parte dela e se apresentem como uma nova entidade, como referentes novos, categorizados em primeira menção, mas associável ao todo. Em exemplos como esse, Cavalcante (2003: 113) chega a afirmar que são anáforas indiretas meronímicas, mas que se aproximam muito das anáforas diretas, se fossem, por exemplo, acrescentados possessivos como “*os olhos fixos dela*”, “*o pelo da zebra*”, “*sua crina*”. No entanto, ressalta que

as ligações inferenciais que se elaboram pelo emprego das anáforas indiretas são sempre cognitivamente mais complexas do que as relações entre a anáfora direta e seu antecedente. Há como que um percurso maior de raciocínio que só se completa com as informações supostamente presentes em esquemas mentais culturalmente compartilhados (CAVALCANTE, 2003: 113).

Já no quarto parágrafo, ao se introduzir os referentes “*circo*”, “*televisão*”, “*filmagem*”, é necessário fazer ligações inferenciais mais complexas para compreender a associação com a âncora “*a zebra*”. Só mesmo a ativação de conhecimentos sociocognitivos permite essa ancoragem, por nos acostumarmos, por exemplo, ao fato de que zebras são animais selvagens e não domesticados e que, normalmente, a sua presença em cidades se deve a eventualidades relacionadas a atrações de circo e televisão.

No exemplo (17), podemos verificar que as relações meronímicas são usadas como estratégia de apresentar o referente em partes até categorizá-lo como um todo.

(17) **Dia do professor de anacolutos** (excerto)
Lourenço Diaféria

Os cabelos brancos. O tronco curvado. Mas elegante. Baixinho elegante. *O terno azul* — perto, bem perto, é que se notava que o terno brilhava de tanto uso —, *os sapatos engraxados, a gravata com o nó incerto, a camisa comum.*

Um homem sem grife.

Tomando café no bar da Wenceslau Brás.

Coloquei de leve a minha mão em seu ombro:

— Tudo bem, *professor?*

Franziu *a testa*, apertou *os olhos* atrás das lentes dos óculos, tentou achar uma ficha no arquivo da memória (DIAFÉRIA, Lourenço. *O imitador de gato*. São Paulo: Ática, 2003 — Para gostar de ler, vol. 30).

No exemplo (17), percebemos a ativação de vários referentes de menção única, pertencentes a um mesmo campo léxico-semântico em uma relação de ingrediência com função catafórica, em vias de caracterização e construção do referente a ser enunciado. Assim, as expressões linguísticas “*os cabelos brancos*”, “*o tronco curvado*”, “*o terno azul*”, “*os sapatos engraxados*”, “*a gravata com um nó incerto*”, “*a camisa comum*” levam a uma recategorização “*um homem sem grife*”, cujo sentido só se concretiza ao revelar o verdadeiro referente que evoca pelo vocativo “*professor*” e pelo conhecimento de mundo partilhado em relação à imagem que se tem dessa profissão e de seu principal protagonista, o professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que as reflexões levantadas colaborem para a compreensão do processamento discursivo-textual, de modo que os interlocutores possam compreender como ocorre a instrumentalização de estratégias eficientes para concretizarem seus projetos de comunicação. Percebemos que a construção de cadeias referenciais é a base de diversos processos interpretativos, uma vez que, principalmente pelo uso de expressões nominais, é possível integrar as diversas informações do texto em função da significação substancial que agregam ao relacionar os elementos cotextuais, contextuais e cognitivos evocados pelos referentes e expressões referenciais.

Os processos de construção, categorização e recategorização dos referentes textuais se revelam, então, como um recurso produtivo para a progressão e coerência do todo textual. Quando os sujeitos adquirem a consciência desses processos, esses desenvolvem cadeias referenciais mais ricas, explorando a intersubjetividade e os efeitos de sentido decorrentes do uso de uma ou outra expressão referencial. Assim, as expressões nominais referenciais se apresentam como elementos cruciais na construção textual dos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Rubem. *Navegando*. São Paulo: Papirus, 2000.
2. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.
3. APOTHÉLOZ, Denis; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
4. CAMPOS, Paulo Mendes. *Crônicas*. São Paulo: Ática, 1979, Coleção Para gostar de ler, vol. 4.
5. _____. *Crônicas 2*. São Paulo: Ática, 2006, Coleção Para gostar de ler, vol. 2.
6. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões Referenciais – uma proposta classificatória. Campinas: *Cad. Est. Ling.* vol. 44, 2003.
7. _____. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

8. _____; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
9. CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
10. CIULLA e SILVA, Alena. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
11. COLASANTI, Marina. *A zebra*. In: PINTO, Manuel da Costa (Org.). *Crônica brasileira contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2005.
12. CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; SILVA, Franklin Oliveira. O caráter não linear da recategorização referencial. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Maria Calixto (org). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013.
13. DIAFÉRIA, Lourenço. *O imitador de gato*. São Paulo: Ática, 2003, Coleção Para gostar de ler, vol. 30.
14. KOCH, Ingedore. *Argumentação e Linguagem*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
15. _____. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. *Revista Investigações*, vol. 21, n. 2, jul. 2008. Disponível em: http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014.
16. _____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
17. _____. *Desvendando os segredos do texto*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
18. _____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.
19. _____; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012a.
20. _____; _____. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012b.
21. _____; MARCUSCHI, L.A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A* 14 (número especial). São Paulo, 1998.
22. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

23. _____. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Org.). *Referenciação e discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
24. MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária – Prosa II*. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
25. MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
26. MORAES, Carla Roselma Athayde. *Retratos da crônica jornalística brasileira: uma abordagem linguístico-discursiva e sociocultural*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=188907. Acesso em: 10 jan. 2014.
27. PONTE PRETA, Stanislaw. *Gol de Padre e outras crônicas*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2001, Coleção Para Gostar de Ler, vol. 23.
28. PRATA, Antônio. *Douglas e outras histórias*. Rio de Janeiro: Azougue Editora, 2001.
29. _____. *Adulterado: crônicas*. São Paulo: Moderna, 2009.
30. RONCARATI, Cláudia. *Cadeias do texto: construindo sentidos*. São Paulo: Parábola Editorial: 2010.
31. SABINO, Fernando. *Crônicas*. São Paulo: Ática, 1981, Coleção Para gostar de ler, vol. 2.
32. _____. *A vitória da infância*. São Paulo: Ática, 1995.
33. SANT'ANNA, Affonso Romano. *Porta de colégio e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 1995, Coleção Para gostar de ler, v. 16.
34. VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
35. _____. *O nariz e outras crônicas*. 12 ed. São Paulo: Ática, 2007, Coleção Para gostar de ler, v. 14.

ABSTRACT: In this article we discuss the contributions of reference progression strategies for building referential chains, using chronic narratives as exemplification of this process. From the postulates of Textual Linguistics under the interactional sociocognitive perspective the reference is defined as a discursive activity that through processes of categorization and recategorization contributes to the construction of the senses and the argumentative orientation of utterances. From this perspective, the relations of progression and recovery of references through nominal anaphoric expressions allow not only the location of background information but the reelaboration and modification of information in terms of communicative purpose. Among the nominalization strategies, we highlight those used for both related activation as well as for the recovery and anaphoric reference thereof as follows: the coreferential cosignificative and the recategorization anaphora (by hyperonym, defined expression, generic name and neutral demonstrative pronoun) as well as the indirect anaphora (by nominalization) and associative (by meronymic relation). Thus, we show the relevance of the interlocutors in exerting a task of monitoring and control over lexical choices that shape the construction of referential chains, developing the ability to produce proper and resourceful written texts.

Keywords: Referenciation; Categorization; Recategorization.

Recebido no dia 25 de junho de 2015.

Aceito para publicação no dia 28 de julho de 2015.